



Reduz pra 40
que o Brasil aumenta



PRINCIPAIS DEBATES E ENCAMINHAMENTOS
DO XVII ENCONTRO DA POLÍTICA NACIONAL
DE FORMAÇÃO – ENAFOR - DA CUT

ESCOLA SINDICAL SUL

FLORIANÓPOLIS 22 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Secretaria Nacional de Formação

XVII Encontro da Política Nacional de Formação da CUT

O XVII Encontro da Política Nacional de Formação da CUT ocorreu na sede da Escola Sindical Sul em Florianópolis/SC nos dias 22 a 25 de Novembro de 2011. Contou com a participação de 133 dirigentes das 27 Estaduais da CUT e 11 Confederações, Federações e Sindicato Nacionais: CNTE, FAZER, SINPAF, CONTICON, FITTEL, CNQ, FENADADOS, CNTSS, CONTRACS, CONTRAF e CNM.

Dia 22/11/2011 (terça-feira) - Noite

A mesa de abertura do Encontro contou com as seguintes presenças: José Celestino Lourenço – Secretário Nacional de Formação; Sônia Solange – Coordenadora Geral da Escola Sindical Sul; Neudi Giachinni – Presidente da CUT Santa Catarina; Jacy Afonso – Secretário Nacional de Organização; Julia Nogueira – Secretária Nacional de Combate ao Racismo; Julio Turra – Diretor Executivo da CUT Nacional; Aparecido Donizete da Silva – Diretor Executivo da CUT.

Mesa: Estratégia da CUT e o papel da Formação Sindical

Expositor: Julio Turra – Diretor Executivo da CUT Nacional

Coordenação: Adriana – Secretária de Formação da CUT/SC

No debate sobre estratégia da CUT e o papel da formação, Júlio Turra destacou a importância da formação na agenda sindical da CUT. Já que *“A CUT é resultado do movimento orgânico da classe trabalhadora. Fomos forjados nas greves do final da década de 1970. E por nossa história nos diferenciamos completamente das demais centrais sindicais, principalmente porque entramos em conflito com a doutrina corporativista que criou a estrutura sindical brasileira. Na concepção corporativista, não há luta de classes, cuja inspiração está na Carta Del Lavoro de Mussolini e noutras experiências de fascismos na Europa. O título 5º da CLT, a CUT sempre foi contra, que diz como se estrutura o sindicalismo brasileiro. Mesmo a constituição cidadã de 1988, os pilares foram mantidos: o imposto e a unicidade sindical e o poder normativo da justiça do trabalho. Ao contrário, a CUT preconiza a liberdade e autonomia sindical, princípio que define que os trabalhadores devem decidir livremente sobre a forma de sua organização e como vai financiá-la, sem interferência do Estado. Essa proposta se baseia*

na convenção nº 87 da OIT. A unicidade sindical não impediu a pulverização das entidades sindicais. São mais de 16 mil sindicatos constituídos, em sua maioria cartorial, sem base formada por trabalhadores, e que vive à custa do imposto sindical”.

Enfatizou que *“diferente da CUT que nasceu de um processo de lutas e mobilizações da classe trabalhadora, as outras centrais nasceram da decisão de dirigentes que criaram essas estruturas e não do movimento orgânico da classe trabalhadora”*. Ressaltou que esta é uma diferença crucial entre a CUT e as demais Centrais Sindicais. Turra mencionou o primeiro parágrafo do caderno de textos da Formação. Para ele, não podemos perder o horizonte do socialismo.

Fazendo referência às categorias do pensamento Marx sobre a consciência de classe, baseada na filosofia de Hegel, Júlio abordou a dialética da classe em si e para si para entender a importância da formação e organização da classe trabalhadora. Segundo ele, “enquanto classe em si, os trabalhadores se apresentam de forma objetiva e imediata, com consciência rudimentar sobre os conflitos postos na sociedade. Enquanto na classe para si, os trabalhadores tomam consciência das condições de opressão e se organizam para defender seus interesses. Para tanto, torna-se necessário estar organizado para construir uma nova sociedade, a partir da sua ótica. A CUT, então, nasce com essa perspectiva e a formação cumpre o importante papel de construir a consciência da classe trabalhadora para atuar em torno dos seus interesses. Portanto, precisamos transformar nossos princípios fundantes em prática efetiva de ruptura com modelo societal existente”.

No que diz respeito à conjuntura política internacional, Júlio tratou dos enfrentamentos dos trabalhadores europeus à imposição neoliberal. Os trabalhadores estão em permanente mobilização na Europa contra a Troika: FMI, Banco Central Europeu e União Européia. A política européia é comandada pelos tecnocratas, numa ofensiva declarada aos trabalhadores e à democracia. A CUT se manifestou contra a interferência externa nos países árabes, feita pelos imperialistas europeus.

Ainda do ponto de vista internacional, Julio destacou as iniciativas de solidariedade com os trabalhadores da América Latina e da África. No Haiti, a CUT está contribuindo na construção de um centro de formação sindical para os trabalhadores. Ao contrário do governo brasileiro que mantém as tropas por lá para fazer valer a vontade imperialista dos Estados Unidos, queremos fortalecer a solidariedade e potencializar a luta emancipatória da classe

trabalhadora haitiana. Assim acontece, nas ações junto à CUT Autêntica do Paraguai, a UNTA de Angola, entre outras. Destacou o papel estratégico da formação sindical neste processo de construção da identidade internacionalista da classe trabalhadora.

No plano nacional, A CUT não está satisfeita com a atuação do governo Dilma, por isso, ao final da 13ª Plenária Nacional da CUT, os delegados/as estiveram mobilizados no Aeroporto de Guarulhos em um gesto de demonstração contra a privatização dos aeroportos, em um claro sinal que para os trabalhadores/as, a saída para o enfrentamento, nas condições atuais do Brasil, é o fortalecimento do mercado interno. A CUT defende isso, de forma intransigente. O Brasil ainda não rompeu completamente com a agenda neoliberal, responsável pela crise atual do capitalismo, pois preconiza corte de gastos com pessoal, tenta frear o crescimento econômico, entre outras medidas conservadoras.

Segundo Julio, as alianças com as demais centrais sindicais tende a nivelar as propostas da classe trabalhadora por baixo. Por isso, é necessário que se tenha claro que a unidade de ação para lutas objetivas, não impede a CUT construir e fortalecer suas próprias estratégias. Citou como um exemplo de posição acertada da CUT que ao contrário das outras centrais que manifestaram apoio ao ministro Luppí, a CUT lançou uma nota pública exigindo a apuração dos fatos.

Do ponto de vista do debate sobre estrutura sindical na 13ª Plenária, Julio enfatizou a importância das diretrizes definidas para se avançar no processo de atualização do projeto sindical da CUT. Considerou importante a ênfase na necessidade da retomada das bases fundantes da concepção e prática sindical da CUT, fundamental em um momento onde se coloca o imperativo da ruptura com os velhos pilares da estrutura sindical oficial: Imposto sindical, papel normativo da justiça do trabalho e a unicidade sindical.

Não há prática revolucionária sem teoria revolucionária, lembrou Júlio dos ensinamentos de Lenin. Portanto, não há prática sindical conseqüente e transformadora sem processos formativos transformadores. Essa preocupação com a formação tem a ver também com a renovação do movimento sindical, sobretudo se considerarmos que o desafio da atualização do projeto sindical da CUT ocorre em um contexto de profunda renovação nas direções sindicais muitas das quais não vivenciaram o processo de construção da CUT.

A partir desta análise, Julio enfatizou a importância do grau de amadurecimento das diferentes correntes políticas que atuam no interior da CUT, o qual se expressou durante a realização da 13ª Plenária Nacional o que foi fundamental na construção de uma estratégia que fortalece a CUT no processo de disputa em torno de um novo modelo de desenvolvimento e no processo de mudanças na estrutura sindical brasileira.

Dia 23/11/2011 (quarta-feira)

Mesa Estratégia da Política Nacional de Formação para 2012

Coordenação: Sueli – Coordenadora da Escola Sindical Apolônio de Carvalho no Centro Oeste

Expositor: José Celestino Lourenço (Tino) – Secretário Nacional de Formação

Tino iniciou a apresentação fazendo referência ao debate anterior sobre estratégia da CUT, destacando três aspectos:

- a) O cenário político de disputa em torno de um modelo de desenvolvimento sob a ótica dos trabalhadores/as;
- b) A necessária ruptura com o modelo de organização sindical ainda vigente de inspiração corporativista;
- c) A análise de que o processo de atualização do projeto sindical da CUT se dá em um momento em que ocorre certa acomodação na estrutura sindical oficial, sobretudo em função do imposto sindical e, o fato de muitas lideranças ainda não compreenderem na totalidade as propostas da CUT.

Enfatizou que para o enfrentamento destas questões, o grande desafio da Política Nacional de Formação é contribuir para que uma ampla maioria das direções e lideranças sindicais tenham compreensão e consciência sobre a necessidade de mudanças profundas tanto no que toca o debate sobre desenvolvimento econômico e social e seus impactos nas relações de trabalho, quanto sobre a urgência de radicalizarmos na luta em defesa da liberdade e autonomia sindical. Ou seja, fazer com o que os trabalhadores/as que se identificam com o Projeto Sindical da CUT transcendam da “classe em si” à condição de “classe para si” como enfatizou Julio Turra do debate sobre estratégia da CUT.

Mencionado o caderno de texto formulado como subsídio para os debates, Tino chamou a atenção para um desafio urgente que a formação da CUT se coloca neste momento: **A NECESSIDADE DE AVANÇARMOS NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS FORMATIVAS EM UMA PERSPECTIVA INICIAL E CONTINUADA COMO CONDIÇÃO PARA UM PROCESSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE.**

Enfaticou que este desafio decorre não apenas da necessidade que a tarefa de atualização do projeto sindical da CUT impõe, mais também em função da urgência de se forjar novos quadros dirigentes capazes de conduzir um processo de mudanças na estrutura sindical brasileira que efetivamente apontem na direção das bases fundantes do Projeto Político e Sindical da CUT.

Há consenso, afirmou Tino, que cursos de curta duração, sem continuidade e sem a profundidade exigida nas abordagens dos diferentes temas, não contribuem mais para que, de fato, possamos consolidar um processo de formação de quadros.

Neste sentido, o que se propõe é a implementação de um processo de formação de dirigentes e formadores na perspectiva da formação permanente. Esta noção implicará um processo de construção de itinerários formativos que prevejam possibilidades de entradas e saídas dos participantes de forma a garantir não apenas abordagens do conjunto de temas que são estratégicos frente aos desafios da CUT, como também um diálogo constante com os diferentes acúmulos que dirigentes e formadores/as adquirem ao longo da sua militância.

Implicará também, o enfrentamento do desafio de se ofertar um processo formativo que ao mesmo tempo em que seja totalizante (**perspectiva classista**) possibilite as articulações necessárias com as demandas específicas dos diferentes setores econômicos (**perspectiva vertical – setorial - dos ramos**).

Destacou que a partir desta definição, teremos que avançar no redesenho dos programas em execução na Rede de Formação – **Organização e Representação Sindical de Base – ORSB / Desenvolvimento Políticas Públicas e Ação Regional - DPPAR / Negociação e Contratação Coletivas – NCC / Política e Sindicalismo Internacionais – PSI e Formação de Formadores – FF** / de tal forma que os mesmos reflitam esta concepção que estamos forjando na PNF.

Na estratégia apresentada, Tino destacou também que esta nova forma de conceber os programas, possibilitará um diálogo mais efetivo com as demais políticas da CUT já que, no caso do ORSB, está se propondo um itinerário formativo que possibilite abordagens sobre temas que são estruturantes do Projeto Político e Sindical da CUT (módulos obrigatórios de formação inicial) com módulos temáticos complementares (formação continuada), os quais devem contar com a participação ativa das outras secretarias nas suas respectivas formulações.

Este desenho reflete o esforço de se formular uma estratégia de formação que garanta em todos os itinerários formativos abordagens sobre temas como relações sociais de gênero, juventude, combate ao racismo, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros temas que devem ser incorporados pelo conjunto das instâncias na sua ação cotidiana.

Por último, Tino enfatizou que este processo busca também responder dois outros grandes desafios da Política Nacional de Formação:

1. Demanda crescente pela continuidade do processo formativo, apresentado pelos/as dirigentes que participam da formação inicial;
2. Necessidade de se ter maior clareza sobre o papel dos agentes da Rede Nacional de Formação da CUT, no sentido de se garantir que as Secretarias Estaduais de Formação, as Secretarias de Formação dos Ramos e as Escolas Sindicais, desenvolvam ações complementares e não sobrepostas.

Nesta estratégia, fica evidente que as Escolas Sindicais terão papel relevante no processo de formação de formadores, já que este será repensado tanto no sentido de ampliar o número de formadores/as para que se amplie também a cobertura da formação sindical, quanto na perspectiva da formação dos formadores que já estão atuando na Rede e necessitam aprofundar questões temáticas referentes aos demais programas. O que se pretende, é desenvolver uma estratégia que possibilite a ação descentralizada da formação para que todos os programas possam ser acessíveis ao conjunto das direções sindicais em todos os estados do país e ramos da CUT.

Após a apresentação, algumas contribuições apontaram:

- Acerto na estratégia já que tem contribuído efetivamente para a interiorização das CUTs na grande maioria dos Estados;
- Necessidade de se investir na maior articulação entre Ramos e Escolas;
- É preciso se explicitar de forma mais contundente os critérios para participação no Programa de Formação de Formadores para que a estratégia de descentralização de fato avance em todas as suas dimensões;
- Produção de materiais deve garantir uma visão nacional sem detrimento das questões específicas das regiões e ramos;
- Necessidade de se trabalhar mais enfaticamente as questões do campo (rurais) nos processos formativos;
- Importante o fortalecimento das SEFs para que tenham condições de articular o coletivo de formação e garantir o desenvolvimento dos planos de formação em consonância com os desafios das CUTs nos Estados.
- Importante se investir em processos de formação à distância, utilizando as tecnologias de informação e comunicação como um dos instrumentos na implementação dos itinerários formativos de formação continuada.

Mesa Concepção Metodológica da Política Nacional de Formação

Após uma introdução realizada pelo coordenador da Secretaria Nacional de Formação, Martinho da Conceição, que recuperou alguns momentos e aspectos que caracterizaram este debate no desenvolvimento da PNF/CUT, os participantes foram divididos em 5 grupos os quais deveriam proceder à leitura e debate do tema a partir dos apontamentos apresentados no texto subsidio.

Dos trabalhos em grupos a partir do texto, destacamos:

De maneira geral os grupos consideraram que as premissas expressas no texto como elementos fundantes da concepção metodológica da formação cutista, estão em sintonia com os princípios do projeto político estratégico da CUT.

No entanto, apontou-se a necessidade de se aprofundar a partir do que já está consolidado como princípios e estratégia, questões relativas às relações sociais de gênero, raça/etnia, juventude e LGBT.

Destacou-se o acerto da proposta quando se enfatiza as questões referentes à avaliação e sistematização. Porém, que é preciso se dedicar mais tempo a estas questões nos momentos formativos, sobretudo nos cursos de Formação de Formadores.

Outro aspecto levantado pelos participantes foi à importância da formação romper as barreiras da sala de aula e ir para dentro o local de trabalho. Faz-se necessário aprofundar o debate sobre como levar formação para o local de trabalho. Este debate deve ser aprofundado com as CUTs estaduais e ramos para que esta linha metodológica esteja acordada entre todos os entes da rede de formação cutista, já que algumas das questões da concepção metodológica passam por nosso entendimento (concepção) sobre a rede de formação e seus papéis.

Enfatizou-se a importância do Programa de Formação de Formadores como condição para se ampliar a apropriação da concepção metodológica para todas as instâncias da formação, tais como sindicatos, federações, confederações. Pois pensar este tema significa pensar os nossos desafios, por isso há uma necessidade permanente de atualização.

A concepção metodológica da PNF/CUT expressa claramente um dos desafios estratégicos da CUT que é fortalecer a identidade da classe trabalhadora como condição para se avançar na construção de um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, já que a CUT é uma Central Sindical de inspiração socialista.

Por esta razão, apontou-se a importância de se retomar debates e reflexões sobre o Projeto Estratégico da CUT, articulando abordagens sobre sua concepção, estrutura e prática sindical com base no princípio de liberdade e autonomia sindicais à perspectiva histórica de transformação social que fundamenta a sua visão de mundo. Tais reflexões são fundamentais para que os sujeitos participantes dos processos

formativos compreendam as bases fundantes da concepção metodológica desenvolvida no âmbito da Rede de Formação da CUT.

A concretização do Sistema Integrado de Validação Metodológica nacionalmente articulado

A proposta de retomada dos debates e formulações sobre um sistema integrado de validação metodológica, parte da compreensão que preciso um processo permanente de acompanhamento das diversas atividades que são promovidas na Rede Nacional de Formação da CUT, visando à coerência metodológica respeitando-se as especificidades locais.

Mais que isso, precisamos estabelecer critérios precisos para entradas e saídas dos participantes nas diferentes atividades. Implantar um sistema de cadastro que possibilite processos permanentes de avaliação dos alcances e impactos da formação sindical.

E por fim, construir e sistematizar itinerários formativos nos diferentes programas que possam potencializar processos de reconhecimento de saberes dos dirigentes e formadores. Aqui se apresenta uma nova possibilidade de intervenção da CUT no debate sobre políticas públicas de educação dos trabalhadores/as, particularmente no que diz respeito à valorização dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

Neste sentido, é preciso que haja maior articulação entre os diversos agentes que compõem a rede para que todos tenham conhecimento dos papéis. É necessário o entendimento mútuo entre os componentes da rede. Isso pode contribuir com a concretização deste sistema. Só a articulação do movimento sindical cutista favorece isso.

Para se criar um sistema deste é preciso, antes, integrar o conjunto das ações que ocorrem no âmbito da Rede de Formação da CUT. Neste sentido, o programa de Formação de Formadores é estratégico.

Propôs-se a realização de um seminário específico para debater este sistema, socializar as experiências entre as escolas sindicais, SEFs e ramos. A partir do conhecimento das experiências formativas dos diversos entes da CUT é que podemos viabilizar estratégias que avancem na articulação e integração das ações de maneira mais eficaz.

Mesa Estratégia dos Programas Nacionais

A dinâmica de debates sobre os programas seguiu a seguinte ordem:

1. Organização e Representação Sindical de Base – ORSB
2. Negociação e Contratação Coletiva – NCC

Dia 24/11/2011 (quinta-feira)

3. Desenvolvimento Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR
4. Política e Sindicalismo Internacionais - PSI
5. Formação de Formadores – FF

Programa Organização e Representação Sindical de Base

Realizada a apresentação do Programa que busca avançar na construção de um itinerário formativo na perspectiva da formação permanente das direções sindicais a partir da definição de módulos temáticos estruturantes do projeto político-estratégico da CUT e módulos temáticos complementares (referentes a temas das demais políticas da CUT), a avaliação geral dos participantes é que a proposta avança significativamente e responde as demandas de formação continuada que os dirigentes têm apresentado nos Estados.

Portanto, a partir dos módulos apresentados (ver caderno de textos), foram sugeridos a construção de outros módulos que podem contribuir no processo de aprofundamento de temas importantes para o projeto da CUT sobre temas como:

Como um dos módulos estruturantes:

Gestão e Planejamento Sindical

Como módulos complementares:

- Socialismo

- Orientação sexual

- Pessoas com deficiências

Evidentemente, cada um desses temas relacionados com a estratégia de ação e organização da CUT.

Foi consensual a proposta de construção de cadernos temáticos nacionais, a partir da experiência já consolidada dos 3 módulos iniciais. Só que nesta nova estratégia, a SNF coordena o processo de formulação dos cadernos e disponibiliza via link da Secretaria na página da CUT para que os agentes da Rede possam baixar e fazer cópias. Avaliou-se que este processo tem baixo custo e permite maior diálogo com as realidades regionais e/ou setorial.

Programa Negociação e Contratação Coletiva

Apresentada toda a construção realizada com a participação das Escolas e Ramos, prevendo um processo de formação de dirigentes em 4 módulos nos quais se abordará as origens históricas das relações de trabalho, marco regulatório, transformações no mundo do trabalho, organização sindical, gestão do trabalho, processos de negociação e contratação coletiva, aspectos jurídicos atuais, sistema democrático de relações de trabalho, contrato coletivo nacionalmente articulado, entre outros temas, foi consensual que:

- Este programa é fundamental no envolvimento efetivo dos ramos na implementação da PNF/CUT;

- Para 2012 será implementada a proposta de um processo formativo que combinará momentos presenciais e a distância;

- Se consolidará relações com o CESIT/UNICAMP e DIEESE para aprimorar o itinerário formativo e definição de papéis;
- Na implementação do Programa explicitar claramente os critérios de participação no curso nacional para ramos e CUTs tenham noção das suas respectivas responsabilidades na indicação dos participantes;
- Que a implementação dos cursos leve em consideração os processos das campanhas salariais dos diferentes ramos, para não haver choque de agenda.
- Haverá um investimento no processo de formação de formadores em negociação e contratação coletiva para que o programa seja efetivamente descentralizado.
- Está em andamento um diálogo com o CESIT para se construir um curso de extensão ou especialização em negociação coletiva com vistas a potencializar o desenvolvimento do programa e a estratégia da CUT de se avançar em campanhas nacionalmente articuladas.

Programa Desenvolvimento Políticas Públicas e Ação Regional

A partir do balanço que é preciso avançar na implementação da estratégia deste programa com vistas a ofertar aos dirigentes que representam a CUT em conselhos de gestão de políticas públicas, foi apresentada uma proposta que prevê o seu desenvolvimento em duas dimensões:

1. Formação específica para os conselheiros/as do Sistema S
2. Formação de dirigentes que representam a CUT em Conselhos e/ou Fóruns de Gestão e Definição de Políticas Públicas.

No caso da formação específica para os conselheiros do Sistema S, foi apresentada uma proposta, construída em conjunto com a Secretaria Geral da CUT Nacional, que prevê abordagens que recuperam as origens históricas, a constituição, funcionamento e gestão do Sistema. Além disso, abordagens técnicas sobre contabilidade e auditoria no sistema, bem como desafios atuais dos trabalhadores/as com vistas à democratização substantiva deste sistema. O percurso formativo está estruturado em 3 módulos de 24 horas presenciais, com atividades inter-módulos.

A proposta apresentada prevê a realização de um seminário nacional no início do ano de 2012 com a participação de todos os conselheiros/as do Sistema S para se debater o PRONATEC, suas implicações e fazer neste evento o lançamento da proposta. Sua implementação se dará através da realização de um curso piloto em data e local a serem definidos.

O processo de desenvolvimento do processo de Formação de Dirigentes que representam a CUT em Conselhos e/ou Fórum de gestão e definição das políticas públicas será de forma descentralizada em todas as regiões do país por base de Escola. A proposta é que as Estaduais da CUT sejam responsáveis, via as Secretarias Gerais de cada CUT, pela indicação dos participantes. Para tanto, as Estaduais necessitam ter o cadastro de conselheiros/as atualizados. O curso será desenvolvido também em 3 módulos de 24 horas cada, com atividades inter-módulos. No itinerário formativo proposto, se prevê abordagens sobre Estado e Desenvolvimento; Democracia e participação popular; Papel dos Conselheiros; Plataforma da CUT; Orçamento Público.

- No debate uma questão que foi muito enfatizada diz respeito aos critérios de participação, já que nas experiências que foram desenvolvidas houve muita evasão. Ou seja, muitas vezes os dirigentes que são indicados não têm clareza do seu papel e disponibilidade para participarem de todo o percurso proposto. Isso representa um prejuízo para a CUT à medida que acabam por tirarem o lugar de outras pessoas que têm real interesse em se capacitarem para exercer da melhor forma possível seu mandato de Conselheiro.

Enfatizou-se que a Importância do Programa DPPAR se dá em função do seu papel de instrumentalizar os conselheiros dirigentes cutistas para fazer a disputa de hegemonia de maneira qualificada e com consistência.

Chamou-se a atenção para a Portaria nº 1410/2010 do MEC instituindo o Fórum Nacional de Educação, o Fóruns de Educação Estaduais e municipais. Importância da CUT participar também desses espaços para disputar concepção de educação cutista.

Sugeriu-se também que nos itinerários formativos do DPPAR deva-se Incluir os temas transversais (gênero, raça, geracional e diversidade sexual) além de se propiciar momentos para o aprofundamento sobre a questão do **caráter público do Estado** para se ter maior compreensão das posições adotadas pela CUT;

Chamou-se a atenção para a necessidade de se articular no DPPAR abordagens sobre Territorialidade e Economia Solidária como forma de se contrapor as estratégias de desenvolvimento que não respeitam as realidades locais, como espaço de construção de identidades e a economia solidária como uma das formas de se gestar novas estratégias de gestão do trabalho (autogestão).

Por fim, destacou-se a necessidade da CUT e dos sindicatos acompanharem a atuação dos conselheiros evitando intervenções que fortaleçam o discurso hegemônico.

Programa sobre Política e Sindicalismo Internacionais

Após a apresentação das propostas construídas com a SRI de continuidade com curso de extensão em parceria com o CESIT/UNICAMP, a realização de 4 seminários temáticos voltados para a direção nacional sobre temas relativos à globalização, economia e sindicalismo internacionais e as ações de cooperação com Angola, Paraguai e Bolívia, bem como a continuidade de parcerias importantes com a OIT sobre o desenvolvimento de uma metodologia de abordagem sobre trabalho decente e a Global Labor University – GLU, a qual conta com a participação do CESIT/UNICAMP, os participantes levantaram as seguintes questões:

- Pensar possibilidades de ampliação do curso da Unicamp para que outros dirigentes possam participar;
- Pensar o itinerário formativo (curso superior, especialização, mestrado) dos dirigentes;
- Desenvolver critérios para participação nos cursos que enfoquem o compromisso dos participantes/assessores com o movimento sindical e não de forma utilitarista. Isto porque às vezes a pessoa se capacita e segue outro caminho que não o de assessorar os trabalhadores/as.

Programa de Formação de Formadores

Concebido como programa estratégico para a estruturação da Política Nacional de Formação neste novo momento, foi apresentada a proposta que prevê o seu desenvolvimento em 3 perspectivas:

- a) Formação Inicial para novos formadores/as;
- b) Formação continuada para os formadores que já estão atuando na Rede;

- c) Formação Continuada para os educadores/as das Escolas Sindicais e ramos, os quais têm a função de condução político-metodológica da formação cutista em todas as suas dimensões.

Buscou-se esclarecer que as três perspectivas expressam a demanda que o próprio processo de desenvolvimento do Plano Nacional de Formação de Dirigentes e Formadores apresenta, qual seja ao mesmo tempo em que se coloca a necessidade de ampliarmos o número de dirigentes/militantes dispostos a atuarem como formadores/as, temos que qualificar ainda mais a prática educativa dos que já passaram pela formação inicial, bem como dos educadores das escolas, que passam por momento de renovação.

Neste sentido, a formação inicial (dos novos) e continuada (dos que já estão atuando) será responsabilidade das Escolas Sindicais, enquanto que a responsabilidade pela formação dos educadores/as das Escolas/ramos será da Secretaria Nacional de Formação, através da realização de atividades presenciais (oficinas) e a distância (via internet).

A intenção é que no processo de formação continuada as Estaduais da CUT façam uma reflexão com os formadores que estão constituindo os núcleos de formadores nos coletivos estaduais, para que os mesmos possam, a partir dos seus respectivos acúmulos, optarem em quais dos programas desejam se aprofundar. Assim, o percurso formativo proposto para cada grupo seguirá a lógica de abordagem dos temas referentes aos diferentes programas em desenvolvimento na PNF/CUT:

Exemplo: Em um núcleo de 20 formadores. 5 deles podem optar por negociação coletiva; outros 10 em ORSB e outros 5 em DPPAR. Estes constituirão grupos específicos para os quais as Escolas Sindicais promoverão formação continuada de aprofundamento temático referente a cada um dos programas.

A avaliação é que desta forma se pode garantir as condições para a efetiva descentralização de todos os programas, ampliando a cobertura da formação sindical junto ao maior número possível de sindicatos filiados.

Após a apresentação, os participantes levantaram as seguintes questões:

- Necessidade de se pensar estratégias de formação para funcionários da CUT que muitas vezes dão suporte para a ação formativa no Estado. O encaminhamento foi que as CUTs podem indicar funcionários para participarem do FF.

- Importância de se explicitar muito claramente os critérios de participação, sobretudo na formação inicial. Pois, muitas vezes o participante vem para um curso de FF sem saber do que se trata. E quando toma conhecimento da proposta desiste, o que representa um prejuízo para a Estadual.

- No que toca a formação continuada dos formadores/as, deve-se criar momentos para reflexões sobre sistematização e avaliação. Em muitos momentos, a ausência de compreensão sobre estas duas dimensões do Projeto Político Pedagógico que estamos desenvolvendo compromete a coerência e dificulta darmos visibilidade dos resultados que estamos obtendo.

- Importante no processo de formação de formadores o aprofundamento dos aspectos que constituem a concepção metodológica. Isso tem implicação direta no entendimento da proposta de educação política dos trabalhadores/as, como também da importância do trabalho em Rede como uma das dimensões do processo de construção coletiva.

- Buscar uma maior articulação com a Secretaria de Juventude como condição para se inserir nos processos de formação continuada os jovens que participaram do Projeto desenvolvido em parceria com a DGB. Considerou-se este aspecto relevante para se garantir as abordagens de interesse da juventude nos itinerários formativos dos demais programas.

- Este objetivo de maior articulação deve-se também buscar com a Secretaria de Mulheres, de Combate ao Racismo, e com a Secretaria de Políticas Sociais a fim de se garantir abordagens sobre temas como orientação sexual, portadores de deficiências, trabalho infantil, trabalho forçoso, desde as reflexões nos processos de formação de formadores/as.

Mesa sobre as novas tecnologias de informação e comunicação no âmbito da Formação Sindical

Coordenação – Grego – Escola Sindical Marise Paiva de Moraes no Nordeste.

Expositoras:

Aida Gonzales Rodrigues – ISCOD/UGT Espanha

Rosane Bertotti – Secretaria Nacional de Comunicação da CUT

O objetivo principal desta mesa foi de trazer subsídios para que os participantes pudessem aprofundar o debate em torno dos desafios que guarda o desenvolvimento de uma proposta metodológica com base na noção de educação à distância - EAD, bem como sobre as

possibilidades de se utilizar as tecnologias disponíveis hoje no âmbito da SECOM/CUT para se avançar neste processo.

Aida apresentou a experiência da ISCOD/UGT a partir de um projeto de cooperação que estão desenvolvendo com Centrais Sindicais da região Andina, a qual também conta com a participação da CSA.

A partir da sua apresentação, ficou evidente que a utilização de plataformas de EAD potencializam o alcance das ações formativas. No entanto, chamou atenção para o papel que a tutoria tem neste processo, já que se não houver uma estratégia muito bem definida de acompanhamento dos participantes, com o objetivo de motivar, manter o grupo mobilizado em torno dos temas a serem tratados, bem como ajudar na resolução de problemas técnicos que podem surgir no andamento do curso, a tendência é de se ter muita evasão e pouca eficácia frente aos objetivos que se define.

Já a companheira Rosane Bertotti, fez uma apresentação das dimensões que estão orientando o desenvolvimento da Política Nacional de Comunicação da CUT, chamando a atenção para os investimentos que estão sendo feitos em novas ferramentas e tecnologias de comunicação sindical, as quais se articulam com a luta pela democratização da comunicação e apontam para o fortalecimento da formação e consolidação da rede sindical cutista de comunicação. Enfatizou que atualmente é possível se pensar formas de articulação da política de formação com a comunicação. Uma possibilidade, já em andamento, é a criação, reprodução e divulgação de conteúdos, sejam escritos ou audiovisuais (TV web e rádio web), por meio da rede – com a concepção de que a informação é uma via de mão dupla. Desafiou neste sentido a Rede de Formação a construir propostas que poderão ser viabilizadas pela SECOM em conjunto com a SNF.

Que há necessidade de se avaliar a possibilidade de uma estratégia de uso plataforma *Moodle* de Educação a Distância (EAD) incorporada ao servidor onde o site da CUT está hospedado (hoje esse servidor próprio), visando à materialização de experiências pilotos, que contribuam para a efetivação dessa estratégia.

Uma das questões que ganhou relevância no debate é a procedência da utilização da internet na massificação de processos de formação sindical já que ainda há grandes limites de acesso em algumas regiões do país, cujo acesso a banda larga ainda é extremamente caro. Frente a isso, discutiu-se que inicialmente se pensa em algumas experiências piloto, sobretudo no processo

de formação de formadores, visando consolidar uma estratégia que combine momentos presenciais e a distância. A partir daí, de acordo com as avaliações a serem feitas, é que se desenhará estratégias mais consistentes.

Questões a serem consideradas:

- Dar a devida atenção para a formação de tutores já que são fundamentais neste processo;
- Desenvolver experiência Piloto via o conexão sindical, tendo como referência a experiência de construção do Programa sobre Negociação Coletiva.
- Avançar no intercâmbio de experiências com a CSA – que desenvolve uma experiência de formação presencial e a distância – para dirigentes sobre economia internacional, da qual dirigentes da CUT têm participado.
- Fomentar o processo de criação de conteúdos - sejam escritos ou audiovisuais (TV web e rádio web), com a concepção de que a informação é uma via de mão dupla – e com o compromisso de disseminação dessas informações por meio da rede e de mídias parceiras (rádios comunitárias, TVs comunitárias, jornais locais etc.).

Mesa Cenários da Educação Profissional no Brasil e os Trabalhadores

Coordenação: Ribamar – Coordenador Geral da Escola Chico Mendes na Amazônia

Expositores: Simone Valdete dos Santos – SETEC/MEC

Quintino Severo – Secretário Geral e representante da CUT no CODEFAT

Exposição Slides SETEC-MEC

Apresentação geral das políticas de Educação Profissional

- FOCO centrou-se no Pronatec: Objetivos, públicos e metas;
- Expansão da rede federal - 121 unidades novas para oferta de educação profissional de FIC e cursos técnicos (concomitância);
- Aberta 150 mil vagas para portadores de deficiência (cursos FIC e técnico);
- Incremento para o Brasil Profissional (estrutura e formação de professores – não destina recursos para custeio e pessoal) - apenas dois estados não aderiram. Ex.: O CE tem sido uma experiência bem sucedida do Brasil Profissionalizado;

- Art.20 – Sistema S entra para a educação (avanço) – no entanto, com autonomia, não precisa mais passar pelos conselhos de educação (problema);
- LDB – inciso IX artigo 9º. – questão da avaliação está voltada para o ensino superior. É preciso incluir o debate para o curso técnico (que enquadra o sistema S). Como os trabalhadores acessam as vagas e qual a qualidade da educação profissional? (50% vagas rede pública);
- Mudanças: Os Eixos tecnológicos foram criados para que os trabalhadores tenham uma dimensão mais ampla de sua formação profissional (possíveis itinerários formativos a serem construídos na formação continuada);
- Insuficiência do quadro de professores para a educação profissional no país.

Sobre o Pronatec

- Fruto da articulação do conjunto de Programas existentes sob deliberação da presidenta com metas de ampliação da oferta de educação profissional até 2014 – Indicativo que o Sistema S irá ofertar 60% vagas gratuitas;
- Criação da Bolsa formação: não significa que o trabalhador receba diretamente os recursos (R\$ 8,50 - maior que o investido na Educação Básica, segundo o MEC, para custear merenda, transporte e mais bolsa professor). Enfim, trata-se do custo aluno repassado à instituição, ou seja, é o próprio financiamento do curso;
- Mudanças Fies – ampliado para o estudante pagar um curso ;
- Carga horária para os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: mínimo 160 h (inferior a proposta anterior do MTE para qualificação profissional que era de 200h)
- Oferta de cursos:
 - Os cursos técnicos serão ofertados com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
 - Os cursos de FIC serão ofertados com base no Guia Catálogo do Pronatec (pode alterar cursos até 2014) que está sendo elaborado por uma equipe de especialistas da Rede Federal e do Sistema S.
- Previsão de 500 mil matrículas até 2014 – PNE 950 mil para 2020 (educação profissional);

Iniciativas da SETEC/MEC

- Debate da concomitância em discussão com Sistema S, inclusive envolvendo a EJA (Ex.: turnos diferenciados de cursos) – o MEC/SETEC está encaminhando convênios de intercomplementariedade para projetos unificados de concomitância.
- Em relação ao Ministério do Trabalho
 - ✚ Negociação com MTE que em cada local do Pronatec tenha o Sistema Sine para atender desempregados – seguro desemprego (indica-se que a não participação do curso poderá vincular-se à perda do benefício): Mudanças no seguro desemprego (neste contexto, foi enfatizada as fraudes e não a dimensão da proteção social);
 - ✚ Há a intenção de integrar a formação inicial (FIC) do Ministério do Trabalho com as políticas de educação profissional do MEC;
- Pronatec poderá ser executado por entidades sem fins lucrativos – O MEC está lançando um Formulário para cadastramento e posterior visita as entidades para verificar se estas atendem aos critérios para recebimento do financiamento;
- Instituída pelo MEC mesa de Negociação: Pacto Sistema S, Estados e Ministério Ciência e Tecnologia (não foi citada a representação dos trabalhadores);
- Implantação do Pronatec:
 - ✚ Até fevereiro de 2012 serão implantados os cursos de FIC com jovens da rede pública;
 - ✚ Em início de fevereiro de 2012, na articulação do MEC com o MDS serão atendidos os beneficiários do Programa Bolsa Família;
 - ✚ Numa terceira etapa serão atendidos os beneficiários do seguro desemprego;
 - ✚ Todos os programas terão um conselho deliberativo, que será instituído por portaria até fevereiro de 2012;
 - ✚ O programa também pretende atender PNE's
- Em relação à articulação dos cursos de FIC com a elevação da escolaridade indicou-se o diálogo do MEC com a UNDIME para vincular os diversos programas (EJA, Projovem, Brasil Profissionalizado etc.);
- Intenção da Setec de integrar a Rede Certific dentro do Pronatec;

Após a apresentação da SETEC/MEC Quintino fez uma exposição da qual destacamos:

- 5,8 % desemprego segundo dados governo – Para o Dieese é superior o percentual;

- O CODEFAT aprovou para 2011 170 milhões – Apenas 1, 5 milhão foi desembolsado até novembro desse ano (muito recurso e incapacidade de planejamento para acessar os mesmos);
- Há recursos e programas de Qualificação Profissional nos vários Ministérios, que estão desarticulados, demonstrando a incapacidade do governo de consolidar a política pública nesse âmbito;
- Atualmente temos em torno de 1,229 bi para a Qualificação Profissional;
- A CUT tem como desafio pensar novas formas de inserção no mundo do trabalho (cooperativismo, etc.)
- Continuamos com o desafio de dar outra direção para os Planos Setoriais de Qualificação que hoje em função da forma como vem sendo definidos representam um desvio da sua função, sobretudo pelo papel das chamadas comissões de concertação.
- Devemos apostar no processo de descentralização do PNQ com fortalecimento dos PLANTEQs. Isso possibilitará um fortalecimento da estrutura nacional de gestão do CODEFAT, retomando-se o papel decisivo que as comissões estaduais e municipais devem ter na definição das prioridades da qualificação profissional.

No debate foram destacados os seguintes aspectos:

Sobre o Pronatec

- Críticas ao Pronatec em relação ao enorme montante de recursos destinado ao Sistema S;
- Proposta de emenda CUT não foi apreciada e é preciso lutar pelo controle social do Pronatec;
- Problema do ensino fundamental no Brasil: muitos trabalhadores não concluíram a educação básica;
- Qualidade do emprego não se restringe ao salário – passa pela capacitação técnica e transversalidade da educação básica com a profissional;
- Como se estrutura o Pronatec em relação a sua execução?
- Avanços em relação ao Sistema S integrar as políticas de educação (considerando a histórica separação da educação propedêutica da profissional), mas o MEC deve pautar o debate com a sociedade civil sobre a questão da Educação dos trabalhadores;

- Qual é a intenção de nosso governo via MEC em relação ao MTE (Ex.: FAT, Fórum Nacional de Aprendizagens)?
- A gestão política atual do Ministério do Trabalho não representa nossos interesses;
- Verificamos ainda uma grande dificuldade na nossa atuação como conselheiros de emprego e renda, tanto no controle social da qualidade dos cursos como na fiscalização do cumprimento de metas. É preciso que tenhamos uma estratégia a fim superar nossas fragilidades (importância da Formação DPPAR);
- É preciso questionar o Sistema em relação à qualidade pedagógica, já que são verificados inúmeros problemas, inclusive nos cursos pagos;
- O recuo do investimento da Qualificação Profissional reforça os reclamos dos empresários. Portanto, como nós enquanto Central vamos atuar? Em relação ao BNDES, como são utilizados e devolvidos os recursos pelas empresas? Que órgão(s) faz (em) tal acompanhamento e fiscalização?
- Qual a intervenção possível da CUT na proposta ideológica de educação no Pronatec?
- Solicitação de esclarecimento do MEC sobre a Bolsa Formação e a autonomia de gestão do Sistema S, previsto no art.20;
- Ausência do pró-funcionário nos dados apresentados por Quintino;
- É preciso considerar campo de disputas no âmbito do governo federal. Em relação aos riscos em relação à educação profissional, destaca-se: o Pronatec não dimensiona o papel do estado – flexibiliza o compromisso do estado e estimula a reserva de mercado - inibe as instituições públicas de formação cidadã e reforça-se o discurso da produtividade com reducionismo da proposta curricular voltada ao mercado de trabalho – luta por política de Estado sob risco de conseqüências graves de mercantilização da educação (via terceirização, privatização, precarização das relações de trabalho etc.). A Central não pode concordar com o discurso da necessidade de qualificação do trabalhador apenas em função da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil;
- Equívocos da origem do Pronatec que não levou em consideração os acúmulos dos movimentos sindical e social – nasce fadado ao fracasso (A exemplo da Conferência do Trabalho Decente, onde o governo federal também não considerou a CUT);
- Preocupação em relação a CUT não assumir o papel do Sistema S;
- Fazer a disputa do projeto da CUT: como será elaborada e administrada essa educação profissional no país? CUT deve disputar a concepção de educação profissional;

- O Pronatec atua contra os trabalhadores – as instâncias da CUT não tomam conhecimento de como foram os processos de definição das políticas. Em relação à concepção de educação, não se considera as questões ambientais e as demandas dos trabalhadores para o desenvolvimento territorial etc. (Ex.: A formação dos jovens agricultores rurais tem sido voltada ao agronegócio que estimula a negação de suas comunidades originárias) e a não articulação da educação integral (ex.: alfabetização e formação continuada), além da precarização do trabalho docente.
- A luta da educação profissional deve se articular com as lutas pelas cláusulas de barreiras contra a precarização do trabalho articulando com as propostas da CUT para a conferência trabalho decente;
- A vitória da aprovação da DRU reflete a correlação de forças e intencionalidades contrárias às propostas que a CUT vem defendendo.

Quintino:

- ✓ Em relação ao Pronatec, a CUT apresentou propostas de emenda ao projeto lei do ponto de vista de nossa concepção e fomos derrotados naquele momento pelo governo. De agora em diante devemos discutir como disputar ideologicamente a concepção de educação (a partir de nossos acúmulos) e o controle social;
- ✓ Apontou-se a necessidade urgente de um Encontro Nacional para debater com conselheiros do Sistema S em relação à disputa do Pronatec;
- ✓ A derrota DRU reforça a dificuldade de investimento do governo em áreas sociais (Educação, Trabalho, Saúde, etc.);
- ✓ Nós devemos pressionar o governo em relação ao ensino fundamental dos trabalhadores, que todos nós sabemos tratar-se de um deficit no país;
- ✓ A questão da terceirização, precarização e formação profissional devem estar articuladas numa ação estratégica da CUT;
- ✓ Fomos derrotados na votação da Terceirização ontem na comissão (está em aberto o debate/disputa);
- ✓ Os Planteq's devem avançar na mesma lógica do Planseq. Podemos fazer uma intervenção maior nas audiências públicas (compromisso do MTE em divulgar com antecedência de 10 dias as audiências públicas);
- ✓ A CUT está pautando uma reunião sobre Pronatec para o ano que vem;

- ✓ Haverá reunião do Conselho do Senai na semana que vem (1,3 bi do Senai) – A CUT exigirá contrapartida social – ainda não se sabe detalhes da pauta;
- ✓ O rumo que nós defendemos para o Estado Brasileiro deve pautar a luta no ministério do trabalho - cenário de disputa (O Codefat é um dos espaços de intervenção, mas há outros que devemos atuar);
- ✓ Problema do Art. 20 em relação à autonomia do Sistema S, considerando que o governo muda e não há como assegurar o controle social. A capacitação dos conselheiros é estratégica nesse sentido, considerando que há muitos recursos no Sistema S (14bi) e temos ainda poucas informações para intervir com mais contundência;
- ✓ Os recursos BNDES (40% FAT) destinado aos empréstimos dos empresários tem um saldo 124 bilhões. O governo recebe juros anualmente em torno 9 bilhões, mas como se define os empréstimos (Para quem e como?), o Codefat não tem controle. Há o controle do PDE em relação às regras e a quem emprestar;
- ✓ Para intervenção nos cursos do Pronatec é necessário a preparação dos nossos conselheiros. Os conselhos são um espaço de disputa importante como também os fóruns do Sistema S. (que é o maior problema para o controle social e onde está o maior montante de recursos);

Como sugestão de encaminhamento para estas questões:

1. Que se promova uma reunião CUT, CONTEE e CNTE com o MEC-SETEC sobre o PRONATEC e possibilidades de intervenção dos trabalhadores/as – ampliar debates nas instâncias CUT para qualificar os dirigentes, sobretudo os que representam a CUT nos Conselhos de Gestão do Sistema S.
2. DPPAR programa estratégico na capacitação de conselheiros de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, a partir do qual a CUT pode tencionar o desenho atual do PNQ/MTE.

25/11/2011 (sexta-feira)

Financiamento da Formação Sindical da CUT na perspectiva da Liberdade e Autonomia Sindicais

Coordenador: Renato – Coordenador Financeiro da Escola Sindical São Paulo

Expositores: Aparecido Donizeti da Silva – Diretor Executivo da CUT

José Celestino Lourenço – Secretário Nacional de Formação

Tanto Tino quanto Donizete, enfatizaram que deveria se dar atenção ao tema da mesa, qual seja financiamento da formação sindical na perspectiva da liberdade sindical. Tal questão remete a necessidade de se compreender que o tema do financiamento da formação sindical, se insere no desafio maior de pensar o financiamento do conjunto das políticas e estrutura da CUT. Que o tema chama atenção para que não se caia na contradição de fazermos o discurso da liberdade sindical e construir estratégias de sustentação financeira que afirmam o oposto deste horizonte.

Fez-se menção que este risco está presente na utilização do imposto sindical que pela definição da direção nacional da CUT deve-se utilizar para acabar com ele. Daí a importância estratégica da utilização do mesmo em políticas que são estruturantes e contribuem no fortalecimento desta estratégia da CUT, através do PAS.

Portanto, neste debate destacaram, é preciso que tenhamos clareza que a responsabilidade pelo financiamento da Política de Formação é do conjunto da CUT, a partir do princípio da responsabilidade compartilhada. Isso implica, que o conjunto das instâncias devem ter clareza que a formação sindical é uma política estratégica para o avanço da consciência de classe do conjunto dos trabalhadores/as, bem como no processo de disputa pela ampliação da representatividade do nosso projeto político e sindical.

Donizeti enfatizou que a importância da formação sindical deve-se pelo fato dela ser instrumento através do qual podemos avançar na reflexão sobre as contradições entre discurso e prática. Que nem sempre o dirigente que tem “discurso bonito, bem estruturado” tem prática condizente. Destacou que muitas vezes esta contradição depõe contra o projeto estratégico da CUT. Investir em formação sindical implica ter visão de futuro, já que seus resultados são de médio e longo, prazos. E muitas vezes a visão imediatista das direções faz com que avaliem que a formação não dá a resposta desejada com rapidez e com isso não invistam.

Tino lembrou que, na história da Política Nacional de Formação tivemos diferentes momentos de dependência. Na primeira década da PNF, quase que a totalidade dos recursos que bancavam a formação sindical, vinham da cooperação internacional. Depois, já na segunda metade dos anos 90, passamos a depender dos projetos financiados com recursos do FAT. Com a inversão de prioridades no âmbito da cooperação internacional nos anos 90 e, o fim dos projetos do FAT a partir de 2003, a Rede de Formação passou por um completo esvaziamento, tendo “os dirigentes que tinham a responsabilidade pela gestão das Escolas Sindicais, principalmente, que ficarem andando com um pires na mão” quase que implorando pela solidariedade de alguns sindicatos com maiores condições.

Aliás destacou, “há grandes sindicatos e confederações com a sua formação estruturada que não colocam a serviço da classe trabalhadora. Se movem pelo interesse corporativo e não se integram na Rede”. Este é um dos desafios que precisamos enfrentar nos estados. Trazer os grandes sindicatos para os coletivos estaduais de formação como uma das condições para avançarmos em ações solidárias na Rede de formação da CUT. Destacou que este é um dos sentidos estratégicos de Rede na Política Nacional de Formação: Fazer com que as categorias que tem melhores condições, possam colocar a sua estrutura de forma solidária a serviço dos interesses da classe.

Portanto, destacaram Tino e Donizeti, o debate sobre o financiamento da formação sindical da CUT é um debate político e não técnico. Trata-se de uma definição de prioridade. Que tenha coerência entre o discurso da importância da formação e os investimentos necessários para que ela dê o retorno que a direção espera.

A partir da exposição dos dirigentes da Executiva Nacional, algumas intervenções destacaram:

- Pela importância da formação sindical e pelos resultados políticos que vêm alcançando deve ser mantida entre as prioridades do PAS, se possível com ampliação dos valores;
- Necessidade de investimentos nas Escolas Sindicais para que elas possam exercer a sua função como espaço de formação de quadros dirigentes. Hoje, na forma como estão estruturadas as Escolas tem grandes limites avançarem na perspectiva que o Plano Nacional de Formação exige;

- No financiamento da formação sindical através do PAS devem ser mantidos os critérios definidos de participação da CUT Nacional e contrapartida das entidades:

1. ORSB – 50% da CUT Nacional + 50% de contrapartida das entidades

2. NCC / DPPAR – 50% da CUT Nacional + 50% de contrapartida das entidades

3. FF – 100% financiado com recursos do PAS Formação. A contrapartida é o compromisso das entidades as quais o/a dirigente pertence de garantir as condições necessárias para que o/a mesma possa participar ativamente do coletivo de formação e na execução do plano estadual de formação.

- ORSB e FF pelo papel que vem tendo no processo de fortalecimento da CUT nos Estados e na consolidação da estratégia de Rede devem ser prioridades no PAS Formação.

- Deve-se garantir a ampliação do número de educadores/as das Escolas Sindicais para que as mesmas tenham condições de cumprir com o seu papel no tocante a formação de dirigentes e formadores, bem como no que diz respeito à construção de instrumentos que possibilitem sistematização e avaliação permanente sobre os impactos das ações formativas.

- Buscar maior articulação entre Escolas e Ramos visando otimizar tempos e recursos nos processos formativos das direções.

Encaminhamentos:

- Até o dia 05 de Dezembro as Escolas devem enviar um relatório sobre a situação de pagamento de seus educadores/as com vistas a se solucionar pendências referentes à diferença entre o que a CUT repassa para as Escolas e os salários que os mesmos percebem.

- O debate que se fez neste XVII ENAFOR será apresentado no seminário de finanças para que as ponderações expressas sejam consideradas na definição de prioridades.

- A partir dos encaminhamentos do seminário nacional de finanças e as deliberações da Direção Nacional de Dezembro, a SNF fará um comunicado, juntamente com a Secretaria Geral e Secretaria Nacional de Administração e Finanças, com orientações para a construção do Plano de Formação 2012.

A partir de todos os debates ocorridos neste XVII Encontro Nacional de Formação, para a construção do Plano Nacional de Formação 2012, se toma como diretrizes os seguintes encaminhamentos, a serem submetidos à Direção Executiva Nacional:

- A continuidade da execução dos programas nacionais de formação: ORSB / NCC / DPPAR / FF e PSI.
- O fortalecimento das Escolas Sindicais com a ampliação da equipe de educadores tendo em vista as responsabilidades das mesmas na execução do Plano Nacional de Formação;
- Investir na produção de materiais didático-pedagógicos (cadernos, áudios-visuais) em parceria com as demais secretarias da CUT, particularmente de Mulheres, Combate ao Racismo, Juventude, Organização, Saúde do Trabalhador, Relações de Trabalho, Internacional e Sociais;
- Fomentar processos que possibilitem maior articulação entre as Secretarias de Formação das Estaduais da CUT, Ramos e as Escolas Sindicais em todas as regiões;
- Investir em iniciativas pilotos que garantam processos formativos presenciais e através da utilização das tecnologias de educação à distância.
- Retomar juntamente com o IOS a proposta do cadastro nacional dos participantes das atividades formativas no âmbito da PNF/CUT;
- Os participantes deste XVII ENAFOR encaminham a Direção Executiva Nacional à proposta pela realização da 4ª Conferência Nacional de Formação da CUT em 2012, como meio de garantir o processo de intercâmbio das experiências desenvolvidas em âmbito nacional; aprofundar debates sobre os novos temas tratados no âmbito da Rede Nacional de Formação e se debater com maior consistência a proposta de Sistema Integrado de Validação Metodológica como mecanismo de articulação com as políticas públicas de reconhecimento de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras.

Florianópolis, 25 de Novembro de 2011.

XVII Encontro Nacional de Formação